

**Filosofia da libertação - sinais de decolonialidade em Dussel**  
**Philosophy of liberation - signs of decoloniality in Dussel**  
**Filosofía de la liberación - signos de descolonialidad en Dussel**

Recebido: 21/05/2020 | Revisado: 22/05/2020 | Aceito: 27/05/2020 | Publicado:08/06/2020

**Simone Conceição de Moura Rabelo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2735-1084>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [simone.rabelo38@hotmail.com](mailto:simone.rabelo38@hotmail.com)

**Natasha Fernandes de Sousa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8499-1961>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [natashafernandesdesousa@gmail.com](mailto:natashafernandesdesousa@gmail.com)

**Eduardo Rabelo Ramos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0172-7802>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [eduardo\\_ramos15@hotmail.com](mailto:eduardo_ramos15@hotmail.com)

**João Batista Santiago Ramos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3355-271X>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: [jsramos50@hotmail.com](mailto:jsramos50@hotmail.com)

**Resumo**

O presente artigo tem como objetivo identificar os sinais de decolonialidade na obra ‘Filosofia da libertação’ de Enrique Dussel, onde propõe um fazer filosófico libertador de um pensar e de um fazer epistêmico colonial, partindo da práxis e tendo como fundamento material a vida humana. Para tal nos utilizamos da pesquisa bibliográfica de obras pertinentes à abordagem temática. Desse modo, contracenamos o filosofar europeu com o latino americano para a organização destas ideias. Observamos que o discurso filosófico de libertação volta-se para uma vivência prática e que parte de uma realidade concreta, no

sentido de evidenciar projetos e Programas de transformação do cotidiano. Ao propor esse fazer filosófico que toma como referência a práxis humana, Dussel, aponta às premissas do discurso decolonial, que mesmo se tratando de um conceito atual fora devidamente tratado e vivenciado, como libertação de toda a vitimização e negação de toda fórmula paradigmática que negue a vida.

**Palavras-chaves:** Filosofia da libertação; Epistemologia; Decolonialidade.

### **Abstract**

This article has a purpose to identify the signs of decoloniality at work 'Philosophy of Liberation' by Enrique Dussel, where it is proposed a liberating philosophical practice of a colonial epistemic thinking and of doing, starting from the praxis and having as material foundation human life. Therefore, we use the bibliographic research of relevant works to the thematic approach. That way, we interpret the European philosophizing and Latin American to organize these ideas. We consider that the philosophical discourse of liberation leans to a practical experience that originates from a concrete reality, in order to evidence projects and transformation programs daily. When proposing this doing philosophical that takes as a reference the human praxis, Dussel, shows the premises of decolonial discourse, that even if it is a current concept had been properly treated and experienced as liberation from all victimization and denial of every paradigmatic formula that denies life.

**Keywords:** Philosophy of liberation; Epistemology; Decoloniality.

### **Resumen**

Este artículo tiene como objetivo identificar los signos de descolonialidad en la "Filosofía de la liberación" de Enrique Dussel, donde propone una práctica filosófica que libera el pensamiento, el hacer filosófico de un pensar colonial y de una práctica epistémica totalizadora, a partir de la praxis y teniendo la vida humana como su fundamento material. Para ello, utilizamos la búsqueda bibliográfica de obras relevantes para el enfoque temático. De esta manera, trabajamos junto con filósofos europeos y latinoamericanos para organizar estas ideas. Observamos que el discurso filosófico de la liberación se convierte en una experiencia práctica y que parte de una realidad concreta, en el sentido de mostrar proyectos y programas para la transformación de la vida cotidiana. Al proponer esta práctica filosófica que toma la praxis humana como referencia, Dussel señala las premisas del discurso descolonial que, incluso si se trata de un concepto actual, había sido tratado y experimentado

adecuadamente, como liberación de toda victimización y negación de cualquier fórmula paradigmática que niegue la vida.

**Palavras clave:** Filosofía de la liberación; Epistemología; Descolonialidad.

## 1. Introdução

O objetivo central deste artigo é identificar a clara ideia de decolonialidade na obra ‘Filosofia da libertação’ de Dussel’. Todavia para que possamos compreender o que gerou o prefixo de negação da citada palavra é fundamental entender o que é colonialidade.

Convencionou-se que o colonial é algo depreciativo, primitivo, resultado de uma dominação necessária por se tratar de seres inferiores. Quanto ao conceito científico, Costa (2006) nos apresenta uma ideia muito próxima da que se popularizou, a de que o termo colonial trata de situações distintas de opressão e determinadas a partir das fronteiras raciais. Percebe-se o surgimento de um tipo de classificação social promissora para o sistema colonial, a ideia de raça. Assim, se vale de uma formatação inovadora - a de superioridade das raças. Para Quijano (2000),

La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de América (p.342).

Os autores corroboram a ideia de que a colonialidade foi para além das particularidades do colonialismo, tendo como consequência a continuidade da dominação colonial, mesmo depois do fim deste sistema. Assim, notamos que o processo de colonização das Américas foi entrelaçado à ideia de colonialidade, que se faz presente até hoje, seja na classificação étnico/racial ou no campo dos saberes.

Dussel (1977), numa perspectiva mais filosófica também tratou do que é colonialidade. O autor no primeiro momento de sua obra Filosofia da libertação se vale da ideia de compreensão do ser (ontologia) para mostrar que a filosofia moderna europeia situou homens e culturas dentro de uma fronteira, da qual o colonizador/dominador os tratou como úteis manipuláveis e simples instrumentos. A ontologia “é especialmente alicerçada em

Heidegger” (Ramos, 2012, p. 32) situando os úteis manipuláveis como possibilidades ao horizonte do entendimento do ser.

Portanto, a ideia de “úteis manipuláveis”, se configura “especialmente no *ego cogito* Cartesiano que constitui a periferia e se pergunta com Fernández de Oviedo: ‘Os índios são homens?’ isto é, são europeus e por isso animais racionais?’ (Dussel, 1977, p.09).

Cabe ressaltar a conclusão do próprio *Ibid* (1977, pp. 9-10), a de que “o menos importante foi a resposta teórica. Ao que se refere à resposta prática ainda continuamos a sofrer, são apenas a mão de obra, se não irracionais, ao menos bestiais, incultos – porque não têm cultura do centro, selvagens, subdesenvolvidos”. Isso aclara a ideia de colonialidade ao tratar como esses homens são classificados e comparados. A essa conclusão/resposta também se acrescenta sua indignação e questionamento com tais classificações, que resultam em expressões dos sinais de decolonialidade, em que toma a cultura do centro como parâmetro para classificar os homens da América Latina como selvagens, o que Menezes (1999) conceituou de etnocentrismo. Para Dussel,

La filosofía no es solo pensar demostrativo e científico, es también pensar crítico e radical o dialéctico. Por otra parte filosofía no es solo un conocer (kennen, know) o un conocimiento (erkenntnis, Know-ledge) del entendimiento (verstand, understanding) sino un saber (wissen). Pero un saber en referencia práctica, por su origen y destino, es también sabiduría (1994, p23-24).

É partindo da *práxis* que o pensar filosófico alcança uma proposta libertadora de um pensar e fazer colonial, movendo para uma vivência mais justa, onde o que importa é a vida humana “ela que nos impulsiona a andar e a buscar alternativas” (Ramos, 2012, p 186). O mundo real é o ponto de partida da filosofia da libertação. A filosofia se ancora, necessariamente, no pré-filosófico, toda a materialidade da existência em todas às suas multidimensões, fazendo mover-se o humano para o utopiar como possibilidade de alcançar uma vida melhor, mesmo que jamais seja perfeita, mas melhorada e digna de ser vivida. Não teremos um mundo perfeito ou uma sociedade ideal, mas podemos, sim, criar no sentido de engendrar factivamente as mudanças e as melhorias em qualquer que seja o âmbito do existir humano.

Uma nova terra, fruto da capacidade imensa da imaginação humana, mesmo que aplastada pelo turbilhão de informações e tomada por certo abandono de seu exercício, não pode ganhar corpo enquanto perfeita. Porém, uma nova terra um pouco distinta, construída sob outra ótica, onde a erótica, a pedagógica, a econômica, a política ou todos possíveis

outros âmbitos práticos foram transformados para melhor enquanto alimentando a utopia. Por isso o sonho, a esperança pelo fato mesmo de homens e mulheres sentirem-se como que vivendo a alegria da inquietante utopia possível, porque ela mesma abre-se, como não fechamento em sua realização ou não realização completa. O que faz perspectivar caminhos outros de busca por construir o mundo que se iniciou na tarefa de fazer menos injusto, transformando-o, movido pela utopia que engendra programas pela imaginação projetiva, quase que fazendo sentir que se vive a nova terra transformada. E se vive!?

Neste sentido, o processo de colonização da América Latina foi muito mais abrangente que nossa visão pode alcançar não se trata de algo apenas material, foi muito mais além, perpassou pelas essências fundadoras do ser. De acordo com Mignolo (2007) e Chakrabarty (2009) este ser teve seus costumes, valores, teorias e conhecimentos subjugados, subalternizados e invisibilizados por uma lógica eurocêntrica de saberes. A negação do outro é a face malvada da colonização que hoje se perpetua pela malvadez neoliberal que afirma um economicismo em detrimento da própria vida. Sujeitos negados e invisíveis enchem a terra. O Coronavírus – COVID 19 – deixa manifesto o desdenhar do capital, do dinheiro quando se afirma fundamental e nega a vida humana o próprio existir. Os marginalizados da terra continuam a sofrer as mazelas impostas pelo sistema capitalista

Assim, surge a ideia de dar visibilidade ao conhecimento marginal, ao decolonial e a filosofia da libertação na América Latina aponta um caminho de superação a partir de dura crítica à filosofia ocidental, movida por uma ontologia que nega toda alteridade e afirma sua nulidade. Dessa forma, ganha força para que entendamos toda a problemática nos colocar a seguinte questão: Como a decolonialidade se apresenta na obra ‘Filosofia da libertação’ de Enrique Dussel? Para isso, se tomará por base os autores Enrique Dussel (1977), Ramos (2012) e Mignolo (2007).

Com Dussel (1977) e Ramos (2012) o decolonial - como conceito - surge nas entrelinhas das obras ‘Filosofia da Libertação’ e ‘Por uma Utopia do Humano: Olhares a partir da ética da libertação de Enrique Dussel’, respectivamente. O referido conceito apesar de não definido com esta nomenclatura (decolonial) fica bem evidente na busca incessante pelo núcleo ético-mítico da América Latina. Como esclarece Ramos,

O núcleo ético-mítico de uma cultura é o caráter complexo do complexo de valores de um determinado povo. [...]. Estes valores fundamentais do grupo se manifestam, portanto, através das instituições, dos pensamentos, das vontades, dos desejos e dos sentimentos de um povo, em um determinado momento da sua história. [...] É na busca por encontrar o núcleo ético-mítico latino-americano que parece mover todo

pensamento de Dussel. Reencontrar-se com os mitos básicos da comunidade, com os símbolos, com a religião [...], bem como as posturas teóricas e concretas da existência latina. (2012, p.36).

E é nessa busca por reencontrar o complexo de valores da América Latina, da comunidade e da religião é que nos deparamos com a emersão do conhecimento marginal - a representação do decolonial. Um reencontro com os mitos básicos da comunidade, com os símbolos, com a religião, com a existência latina, com a vida das pessoas, porque filosofar não é arvorar-se para o alto sem que um lugar de vida seja o seu ponto de partida. Dussel se lança na possibilidade de trabalhar para além do centro, assim nos impulsionando a adentrar em territórios marginais – comunidade de sujeitos - em busca do seu núcleo ético-mítico; afinal os saberes não se limitam a uma lógica eurocêntrica de conhecimento.

## **2. Aspectos Metodológicos**

Tendo como referência Gerhardt & Souza (2009) “metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência”. Neste sentido, caracterizamos este estudo como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, Ou seja, “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo 2001. p.22).

As técnicas aplicadas foram leituras de obras relacionadas com o tema supracitado; a coleta e anotações de dados para posterior análise, no sentido de qualificar, ressaltar e visibilizar outras culturas e espaços que não os estabelecidos como o ‘centro do conhecimento humano’, por isso mesmo a ênfase dada neste artigo será, fundamentalmente, à obra ‘Filosofia da libertação na América Latina’ de Enrique Dussel.

A coleta de dados ocorreu por meio do levantamento de produções. As literaturas coletadas foram de origem Europeia e Latino Americana e para a organização destas informações contidas em Artigos e em livros foram feitas leituras dos textos, identificando seus respectivos objetos, objetivos e resultados, e em seguida devidamente anotados em um caderno de registro de leitura, com o intuito de aclarar na obra Dusseliana a perspectiva decolonial, movente do presente texto.

### 3. Pensamento Decolonial

Para darmos continuidade a nossa reflexão em torno da decolonialidade nos utilizamos de Mignolo, quando afirma que:

O pensamento descolonial rejeita, desde o início, qualquer possibilidade de novos resumos universais que irão substituir os existentes (liberais e seus “neos”, marxista e suas “neos”, cristãos e seus “neos”, ou islâmicos e seus “neos”). A era da abstração “universal” chegou ao fim. O futuro que vai impedir o auto-extermínio da vida no planeta deve ser tanto pluri-versal quanto um projeto “universal” (2008, p.322).

Observa-se que esse debate sobre decolonialidade já vinha sendo feito por Dussel, principalmente em sua obra intitulada ‘Filosofia da Libertação’ (1977), que, Ramos (2012), discutirá como possibilidade de uma filosofia concreta Latino-americana, onde prevaleça uma ética e uma práxis política de libertação, em face à filosofia universalista, abstrata, europeu/norte-americana que primava pelo saber único. Interessa que se observe o retorno da centralidade da América do Norte com Trump a liderar o movimento que descaminha a democracia planetária e que encanta ‘bolsonaros’, espriados nos cantos mais escondidos da terra.

Neste contexto, se dá a proposição de uma desconstrução dessa universalidade do saber, partindo de uma reflexão sobre um fazer filosófico que seja embasado por uma crítica da realidade, na qual os excluídos, em que pese aqui a América Latina, teriam a possibilidade de quebrar as amarras que os oprimiram por tanto tempo, e, a partir de então, terem a oportunidade de ter a sua história contada ou visibilizada, partindo de seus próprios sujeitos e não mais contada pelo olhar do opressor. Importa dizer que,

Sua palavra, agora, e a palavra de todos os oprimidos, de todos os sistemas, e por isso ela é, mais do que nunca, a palavra elaborada dos que sofrem a opressão e dos que lutam pela justiça na América latina e em todo o mundo (Casali, 1996, p229).

A filosofia dusseliana, a qual será denominada de filosofia da libertação, para além da luta pelos que são vítimas da opressão, inspira todos àqueles que lutam por justiça em todo o mundo, pois parte da “situação real da vivência sofrida e carecedora de transformação” (Ramos, 2012, p 25), que condiz com muitas realidades que sofreram e sofrem ainda hoje e com grande intensidade a opressão, como a África, a Ásia que tiveram sua cultura

negligenciada, visto que não se enquadravam no paradigma europeu. Historicamente esses povos foram invisibilizados e assim a filosofia da libertação é crítica dura dessas realidades.

De acordo com Ramos (2012, p. 52) “desde a implantação do sistema colonial, o que se chama hoje de América latina, transformou-se num território de exploração e dominação, de países europeus”, os interesses estavam voltados para a exploração das riquezas que compunha o ambiente, o que colaborou para a devastação de muitos grupos que habitavam toda a América latina, passando a ser controlada e dominada pelo europeu.

Com a expansão e a transformação do capitalismo, essa exploração deixa de ser somente europeia e se expande para o domínio também dos Estados Unidos (RAMOS, 2012), iniciado com a Revolução industrial dos sec. XVIII e XIX. No entanto, a industrialização na América Latina é considerada tardia, devido a dependência existente na relação com os países industrializados.

Entre a crise internacional de 1929 e meados do século XX, a América Latina foi marcada por movimentos político-sociais, os governos que seriam chamados de populistas pelos estudiosos, vão impulsionar a industrialização na América Latina com o apoio do estado que tem “o papel de grande articulador de forças e interesses ligados a industrialização”. (Ibid, 2012, p. 52)

Os estudiosos do populismo tinham uma configuração ambígua, pois ao mesmo tempo que se lutava em prol da camada popular, também havia comprometimento com a igreja para a manutenção da tradição e com a burguesia que custeava as campanhas; apoiava os sindicatos, mas com a intenção de manipular a classe trabalhadora e se manter livre para defender os interesses da burguesia industrial a qual estavam subordinados.

Grande parte dos países latino americanos viveram sob o regime populista dentre eles podem-se destacar: México (Cardenas), Brasil (Vargas), Equador (Velasco) e Argentina (Perón). A inconsistência teórica e a ambiguidade em seus discursos fazem com que o populismo entre em declínio, pois tanto a classe trabalhadora, quanto a burguesia começam a questionar, gerando uma desestabilização política, econômica e social, o que vai contribuir para as intervenções militares, instalando-se os Estados autoritários-militares. Conforme Ramos,

É importante que se diga que a experiência populista representou pela primeira vez, um verdadeiro desafio às elites latino-americanas, uma vez que possibilita o entrar das massas populares, sempre subjugadas, no cenário político ( 2012, p 57).

Os elementos acima citados são constitutivos da realidade latino-americana, donde se tem a relação do dominador sobre o dominado. Em meio a esse contexto, na década dos anos de 1960 na América latina, sociólogos e economistas estimulavam o debate sobre a teoria do desenvolvimento que responsabilizava países periféricos pelo seu subdesenvolvimento e consequentemente seu fracasso (Ramos, 2012).

O modelo econômico de desenvolvimento, criado pelos governos populistas estava voltado para os interesses dos Estados Unidos, visto que a relação com países latino-americanos era de exploração desastrosa de suas riquezas, ou seja, a América latina estava sempre como subordinada aos interesses norte-americanos, gerando dessa forma, grandes prejuízos, seja de ordem econômica, social, ambiental e cultural, colaborando para o surgimento de uma sociedade envolta numa realidade de exploração, conflitos, miséria - constitutos da América latina.

Como afirma *Ibid*,

O desenvolvimento exige, portanto, uma reflexão ampla que não se restrinja apenas aos seus aspectos econômicos, é importante também a inclusão de questão ambiental e sócio-política. Definir um país como desenvolvido ou subdesenvolvido requer que se leve em conta as suas especificidades (2012, p 62).

Neste cenário é que o conhecimento científico vai se configurando com bases epistemológicas que fortalecem a hegemonia dos países “desenvolvidos” em que o saber é universalizado e toda a cultura será constituída a partir desse viés, contribuindo assim para uma vivência desigual, o que termina se naturalizando como verdade absoluta e indiscutível.

A filosofia da libertação faz uma reflexão crítica acerca desse modelo de desenvolvimento que se restringe somente aos aspectos econômicos e que desconsidera as diversas realidades em suas particularidades, sob um viés da colonialidade, sob o qual se construiu a história da humanidade, delineando todo o conhecimento científico e filosófico, partindo das memórias da civilização ocidental (Mignolo, 2008).

Segundo Ramos (2012), com Dussel a reflexão filosófica se dá a partir do reconhecimento das diversas realidades que compõem o cenário latino americano e não mais em uma filosofia que aceitava o pensamento ocidental como uma verdade absoluta, única e negadora do diferente. Ramos ainda destaca que:

O gesto violento do pensamento ocidental negador da outridade do outro e afirmador da identidade de si e do outro consigo mesmo, num movimento dialético que parte do

mesmo e encontra-se com o mesmo- mesmidade absoluta- requer uma compreensão do humano que salvguarde a ideia de uma unidade plural em que a relação é primordial e a identidade – liberta da alteridade da diferença que a cingia ao padrão do mesmo e, a partir daí, estabelecia a própria diferença- se multiplica” (2012, p. 111).

Desta forma, a filosofia da libertação, volta-se para uma unidade plural, em que a alteridade se dá como um a partir do outro, para a construção de uma identidade plural e não mais pautada na ideia de uma filosofia ocidental absurdamente hegemônica de dominação que “não respeite e não reconheça a dignidade de outros discursos, de outras falas, de outras culturas”, o discurso filosófico se dará a partir da periferia, a partir dos oprimidos , do outro agora afirmado e negador da sua negação (Ramos, 2012, p.11).

É com Levinas que se abre novos caminhos para um fazer filosófico, que considere “o mito, a literatura e, evidentemente, todas as experiências de uma vida” (Chalier 1993, p 36), contribuindo dessa forma para a construção de uma história mais humanizada que leve em conta aqueles que viveram e vivem na condição de dominados. Dussel, a partir da leitura de ‘Totalidade e Infinito’ de Levinas, toma consciência que o outro levinasiano, ainda abstrato, é mesmo o outro negado, a vítima, todo vitimado precisa dizer sua voz.

Pensar a decolonialidade como forma de reflexão filosófica é o primeiro passo para a desconstrução de verdades absolutas e universais, e o início de uma história que parte de um pensamento crítico que surge na periferia com novos caminhos construídos (Dussel, 1977), pois os que estão à margem da sociedade precisam ser visibilizados e respeitados dentro e fora de seu contexto. Não é possível um texto sem contexto e sequer a escrita de um texto que não considere o lugar de vida dos sujeitos e nem conhecimento sem que se parta de um contexto que se faz texto e de um texto que diga o contexto.

Diante do exposto, a importância do debate filosófico libertador nas obras de Dussel, principalmente na obra Filosofia da libertação (1977), propõe um fazer filosófico reflexivo voltando à atenção ao outro latino americano que foi invisibilizado e velado por um conhecimento eurocêntrico.

Nesta perspectiva de investigação do mundo real e da vida de sujeitos negados em seus saberes é que se configura na América latina, como filosofia da libertação, uma filosofia que aspira ser primeiramente ética e, por isso, constitui a política como seu primeiro horizonte, partindo do outro, do excluído, do pobre que clama por justiça,

Llamamos “filosofia de la liberacion” al discurso estrictamente filosófico, saber científico-dialéctico, que da prioridade temática (el “de” como genitivo objetivo) a la práxis de liberacion del oprimido (histórico social como classe, geopoliticamente como nación, sexualmente como oprimido por la ideologia y prácticas machistas, pedagogicamente alienado y todo clauso em um fetichismo idolátrico), y prioridade em cuanto origen y fundamentalidad (el “de” como genitivo subjetivo) a la liberacion de la filosofia de la ingenuidade de su autonomia absoluta como teoria (Dussel, 1993, p31).

Portanto, se constitui agora um discurso filosófico voltado para uma vivência prática e que parte de uma realidade concreta, do pré-filosófico. Filosofar que aspire e almeje a exclusão de toda e qualquer relação que provoque o tratamento desigual entre homens e mulheres, ricos e pobres, donde as relações devem ser perpassadas pelo respeito, pela empatia e pela alteridade.

Porém o projeto de libertação jamais se inclui num plano político (ou em outro âmbito qualquer), o que seria a concretização da utopia, mas se subpõe, é a hipótese do planejamento e da ação política, aqui a filosofia somente pode fazer uma descrição formal e nada dizer de seu conteúdo, é a utopia política em seu sentido pleno, positivo, realista, no fim, uma negação da própria utopia aquando da sua realização política, mas não desfacelamento do utopiar que se engendra recorrentemente na vida humana.

Neste sentido, o projecto é perverso quando totaliza um sistema tendo negado o outro como nação, classe ou pessoa dominada dentro da totalidade política vigente. Um projecto é eticamente justo, quando se trata do horizonte de compreensão de uma nova ordem futura na qual o outro, a pessoa é um momento livre na solidariedade da nova totalidade política adveniente (Dussel, 1982c:121).

#### **4. Considerações Finais**

Partindo da análise feita à filosofia Dusseliana na tentativa de responder a seguinte indagação: Como a decolonialidade se apresenta na obra ‘Filosofia da libertação’ de Enrique Dussel?, constatou-se que o mesmo se utiliza do conceito de libertação como ponto de partida para as suas obras com a intenção de libertar os povos oprimidos que foram aprisionados e invisibilizados pelo movimento de colonização que se instalou em toda a América Latina e que trouxe consequências devastadoras para a realidade latino-americana e planetária, a filosofia da libertação é extensiva a todo o planeta, tomando como critério fundamental e primeiro a vida e a vida digna de ser vivida.

A filosofia proposta por Dussel, iniciada na década dos anos de 1960 até os dias atuais, contesta a filosofia ocidental, e propõe um fazer filosófico que reflita sobre as diversas realidades que ficaram no anonimato e que vivem até hoje as amarras de um discurso excludente, alienante e obscuro.

Ao propor esse fazer filosófico que tome como referência a práxis humana, Dussel, aponta a premissa do discurso decolonial, que mesmo se tratando de um conceito atual fora devidamente tratado e vivenciado, como libertação de toda vitimização e como negação de toda fórmula paradigmática que negue a vida.

Seja o conceito decolonial ou libertação (Dussel) ambos impulsionam para o fazer de uma reflexão que deve partir da realidade, destacando que a realidade humana é prática, é sempre fundada na relação pessoa-pessoa, no cara-a-cara daqueles que perfazem uma comunidade de vida.

Sabe-se que muito ainda se tem a caminhar, muitas fissuras ainda precisam ser abertas no construto epistêmico no pensamento ocidental, para que a tradição, as identidades diversas do humano amazônida se mostre e surja com força manifestamente livre em nossos centros de investigação, ainda extremamente academicistas, eurocêntricos e com pretensão ainda de saber absoluto.

## Referências

Balestrin L. (2013). *O Artigo intitulado América Latina e o giro decolonial*. Brasília, pp. 89-117.

Bardin L.(2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Chizzotti A. (2010). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 11. ed. São Paulo: Cortez.

Costa S. (2006). *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Dussel E. (1977). *Filosofia da libertação: na América Latina*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola.

Dussel E. (1944). *Praxis latino-americana y filosofía de la liberación*. Bogotá: ed. Nueva America.

Dussel E. (1988). *Introducción a la filosofía de la liberación*. Bogotá: Nueva América.

Dussel E. (1993). *1492: o encobrimento do outro*. Petrópolis: Vozes.

Dussel E. (2005). *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Paulus.

Gerhardt TG e Silveira DT (2009). *Métodos Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Lampe, A.(1995). *História e libertação: Homenagem aos sessenta anos de Enrique Dussel*. Rio de Janeiro. Ed. Vozes.

Levinas E. (1993). *Humanismo do Outro Homem*. Petrópolis: Vozes.

Lévi-Strauss. C. (1989). *A Ciência do Concreto*. In: *O Pensamento Selvagem*. Campina: Papiros Editora, p.15-55.

Mato, D. (2008). “No hay saber ‘universal’, la colaboración intercultural es imprescindible”. In: *Alteridades*, 18(35), Ciudad de México, ene/jun. p.101-16. Disponível:<http://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v18n35/v18n35a8.pdf> .

Magnolo WD. (2008). “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.” In *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34: 287-324.

Minayo MCS (2001). *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18.ed. RJaneiro: Vozes.

Quijano A (2000). “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, 11(2): 342-86.

Meneses P. (1999). “*Etnocentrismo e relativismo cultural: algumas reflexões*”. In *Revista Symposium*. Ano 3 • Número Especial • dezembro, 99. Disponível em:  
<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3152/3152.PDF>

Ramos JBS. (2012). *Por uma utopia do Humano: olhares a partir da ética da libertação de Enrique Dussel*. Porto - Portugal. Afrontamento.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Simone Conceição de Moura Rabelo - 30%

Natasha Fernandes de Sousa - 20%

Eduardo Rabelo Ramos - 20%

João Batista Santiago Ramos - 30%